

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

## POR QUE PRESERVAR?

Cornelius Holtorf\*

Luara Antunes Stollmeier\*\*

Especialistas do patrimônio cultural frequentemente pressupõem que os vestígios do passado são inerentemente valiosos e que merecem ser perpetuados. Consequentemente, fazem seu melhor para preservar os sítios arqueológicos, os objetos e a informação contida neles para a posteridade. Contudo, o paradigma preservacionista do patrimônio não é mais que um nobre esforço de proteger o passado para o futuro em nome de valores intemporais. De fato, o discurso contemporâneo do patrimônio pode ser melhor entendido se situado firmemente no contexto cultural e histórico específico da civilização Europeia – e por extensão, global – dos últimos séculos. A fim de avançar nessa ideia, os estudos históricos parecem úteis para iluminar as origens e desenvolvimentos desse paradigma. Tais estudos já existem (e.g. CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 2005; MURTAGH, 2006; WEST & ANSELL, 2010).

O paradigma conservacionista objetiva manter os remanescentes mais significativos do passado para benefício das futuras gerações. Desde o século XIX, as sociedades ocidentais, apesar da moderna fetichização da inovação, têm sido quase obcecadas com a preservação de objetos do passado como patrimônio cultural tanto por meio de instituições sociais e legislações como por iniciativas particulares de cidadãos (LOWENTHAL, 1996; HARRISON, 2013a). De acordo com o paradigma conservacionista e a ética de conservação a ele associada, o setor do patrimônio tem o dever de preservar as partes mais valiosas do patrimônio cultural existente, porque ele é visto como o ativo não renovável inerentemente mais valioso, que não pode ser substituído e que deve, portanto, ser preservado em favor das gerações futuras (WYLIE, 2005; SPENNEMANN, 2007).

Para descrever esse profundo anseio por salvaguardar o patrimônio frente a uma variedade de ameaças de destruição, a historiadora da arquitetura Françoise Choay (2001 [1992]:139–142) usou a expressão “complexo de Noé” e se referiu à “religião do patrimônio”, ao “culto ao monumento histórico”, e aos amplamente praticados “ritos do culto oficial do patrimônio histórico”. Isso foi compartilhado pelo geógrafo humano David Lowenthal (1996:1), que descreveu em seu influente livro *The Heritage Crusade* o culto do patrimônio como uma fé popular na qual o mundo começou a exaltar-se: “o patrimônio se tornou uma crença autoconsciente, cujos altares e ícones se multiplicam diariamente e cujos louvores inundam o discurso público”.

Sem dúvidas o engodo de um patrimônio a ser conservado atualmente supera todos os outros modos de relacionar-se com o passado, incluindo a tradição, a memória, o mito, as lembranças, e a história (LOWENTHAL, 1996).

Graham Fairclough (2009:158), arqueólogo e profissional do patrimônio, disse que mesmo:

a obsessão com a conservação física se tornou tão enraizada nas mentalidades no século vinte que não é mais simples separar uma tentativa de entender o passado e

\* Linnaeus University, Kalmar, Sweden

\*\* Tradutora.

seu significado da agonia sobre quais pedaços dele se deve proteger e manter. É quase como se não fosse permitido estar interessado no passado sem querer manter ou restaurar [...] os vestígios do passado, os quais parecem existir apenas para serem preservados. As amplas possibilidades de como o passado é usado pela sociedade têm sido reduzidas ao ato literal de preservar seu material.

Nesse contexto, é instrutivo olhar para algumas políticas de gerenciamento do patrimônio cultural. O centro do paradigma conservacionista é bem expresso no Preâmbulo para a Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972):

*Constatando* que o patrimônio cultural e o patrimônio natural se encontram cada vez mais ameaçados de destruição não somente devido a causas naturais de degradação, mas também ao desenvolvimento social e econômico agravado por fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais preocupantes,

*Considerando* que a degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e natural acarreta o empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo.

Adotando a mesma lógica, mas escolhendo uma linguagem ainda mais dramática, o Global Heritage Fund (2010: 13) recentemente afirmou numa publicação intitulada *Saving Our Vanishing Heritage*:

Como as espécies em risco de extinção, muitos sítios arqueológicos e de patrimônio cultural estão à beira do desaparecimento. Eles são um recurso finito e insubstituível. Sem ações para protegê-los agora, as pressões da aceleração econômica terminarão essa longa história. Uma vez que desaparecerem – terão desaparecido para sempre.

Há uma preocupação explícita com diversas ameaças ao patrimônio cultural em ambas as citações. Palavras-chave incluem destruição, dano, deterioração, supressão, empobrecimento nocivo, extinção, irreparável e desaparecer para sempre. Isso corresponde com os documentos normativos que exigem profissionais de patrimônio para trabalhar pela preservação de objetos específicos. Por exemplo, a declaração de princípios éticos da *Society for Historical Archaeology* (SHA, 2003) estipula como uma obrigação “integrada ao profissionalismo” que membros “tenham o dever de encorajar e dar suporte à preservação a longo prazo e ao gerenciamento efetivo das coleções e dos sítios arqueológicos [...] para benefício da humanidade.”

Provavelmente todo o setor seja visto amplamente e, em certa medida, tenha visto a si mesmo, em termos de uma luta constante para salvar o patrimônio existente. De fato, muitos profissionais de patrimônio se veem como guardiões do patrimônio cultural, generosamente comprometidos a preservar para as futuras gerações o que não pertence apenas a nós hoje (WYLIE, 2005; cf. HAMILAKIS 2007:25-32).

Seja citando a justiça e equidade intergeracional, ou apenas um princípio preventivo, como fundamento para preservar o patrimônio cultural para o futuro, a ênfase recai tipicamente em evitar as perdas (e.g. BROWN WEISS, 1989, cap. IX; TAYLOR, 2013). Como o geógrafo histórico David Lowenthal (1996, 24) colocou, “valorizamos mais o nosso patrimônio quando ele parece em risco; ameaças de perda estimulam os proprietários à conservação” (veja também HARRISON. 2013a: 26-7, 81-2).

O que subjaz esse curioso desejo de cuidar e proteger o patrimônio da destruição para que possa ser preservado a favor das gerações futuras?

O que faz as pessoas quererem preservar?

Até então não foram muitos trabalhos que tentaram entender o patrimônio histórico no século XX-XXI numa perspectiva histórica geral. Apesar das várias inter-relações entre patrimônio e um interesse difundido sobre o passado por um lado, e as políticas, a sociedade e a cultura contemporâneas por outro, terem sido bem documentadas e, em parte, teorizadas (e.g. BECKMAN, 1998; CARMAN, 2002; FAIRCLOUGH *et al.*, 2008; GRAHAM *et al.*, 2000; GUSTAFSSON, 2002; GUSTAFSSON & KARLSSON, 2004; LOWENTHAL, 1985, 1996; SMITH, 2006; WALSH, 1992), ainda pouco trabalho foi feito que pudesse precisamente iluminar qual papel o patrimônio cultural e seu gerenciamento tiveram, e ainda tem tido, numa perspectiva histórica mais ampla.

Nesta seção eu reviso algumas ideias preliminares sugeridas na literatura que abordam a significância histórica do patrimônio cultural dos séculos XX-XXI. O objetivo não é apresentar uma revisão exaustiva, mas notavelmente expor a questão para que possa atrair mais discussões no futuro.

Numa análise focando especificamente as sociedades modernas tardias durante as décadas finais do século XX, o arqueólogo Rodney Harrison (2013b) tem relacionado a ideia de patrimônio com a emergência da Sociedade da Experiência (*Experience Society*). De acordo com suas análises, o deslocamento paralelo da importância de colecionar relíquias culturais em displays para a conservação *in situ* significou que os locais de patrimônio poderiam convidar viajantes contemporâneos a consumir o passado na paisagem, correspondendo então à busca por destinos e experiências autênticos. Por consequência, o patrimônio cultural foi transformado de um símbolo unificador do Estado Nação e da sociedade cívica à uma indústria com uma variedade de mensagens comercializadas para grupos de consumidores distintos.

O especialista em patrimônio Graham Fairclough (2009) identificou quatro atitudes cuja emergência durante o século XX pautou o caminho para que a conservação e o patrimônio prosperassem no Reino Unido. Primeiro, a celebração do patrimônio no campo, e.g. nos parques nacionais, reflete uma profunda desconfiança da cidade e um anseio pela utopia rural, combinado com a preocupação de que a região rural tradicional pudesse desaparecer. Segundo, o surgimento em particular da casa de campo como atração patrimonial na região rural é intimamente associado a um momento de transição na história social da Inglaterra; a infraestrutura da aristocracia foi poupada das consequências de mudanças profundas na sociedade, em que velhos privilégios desapareceram, e se tornou o foco de um turismo em massa emergente para idílios rurais. Terceiro, a valorização do patrimônio geralmente compensa as experiências de perda intensamente sentidas que caracterizaram o século XX no Reino Unido, incluindo não apenas os chamados ataques Baedeker de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, mas também o replanejamento e as remoções extensivas de cidades no período pós-guerra. Finalmente, o *ethos* do patrimônio e da conservação é indissociável das noções de desenvolvimento sustentável, preservação de recursos e responsabilidade ecológica que emergiram primeiro no Movimento Verde dos anos de 1960 e 1970 e que se mantiveram conosco desde então. Um estudo detalhado do patrimônio no século XX é, portanto, potencialmente capaz de elucidar nosso entendimento sobre a história das mentalidades e ideias do século XX, não apenas no Reino Unido, mas, em certa medida, também em outras sociedades europeias altamente industrializadas e urbanizadas, que experienciaram alguns dos mesmos acontecimentos que o Reino Unido. Como Fairclough sugere, o surgimento do patrimônio está diretamente relacionado com o crescimento rápido do urbanismo, a emergência do

turismo em massa, a experiência da destruição e da perda da guerra, a difusão do pensamento Verde, que são todos elementos marcantes do século XX.

A razão pela qual as pessoas têm sido tão obcecadas com a preservação do patrimônio ao longo do século XX e no início do XXI se relaciona, claro, muito mais com as pessoas do presente, que estão fazendo a preservação, do que com as pessoas do futuro, para quem supostamente se preserva. Um argumento frequente (e.g. LOWENTHAL, 1996:5–11) aponta para fatores como o aceleração do desenvolvimento da tecnologia, as mudanças mais significativas que aconteceram com os avanços da modernidade, as migrações massivas levando a diásporas culturais quase permanentes e uma economia cada vez mais global afetando diretamente nossas vidas. Esses traumas do presente criam o anseio nostálgico pela estabilidade e familiaridade na vida cotidiana, que pode ser satisfeito pelo consumo de imagens idealizadas do passado.

Holtorf & Ortman (2008) apontaram um desejo existente pelo cuidado nas sociedades contemporâneas. Esse desejo pode ser muito forte e encontra sua resposta em doações para organizações como o Greenpeace, a Anistia Internacional, o Exército da Salvação, a Cruz Vermelha, que tipicamente cuidam dos doentes, dos pobres, dos aprisionados, ou da vida selvagem. Mesmo a disponibilidade das pessoas de se engajarem em nome do cuidado através de campanhas enormes depois de graves catástrofes é significativa. Seja boicotando alguns postos de combustíveis e serviços ou fazendo uma compensação climática por sua viagem, há um anseio para (demonstrar) o cuidado fazendo a coisa certa. O futurologista dinamarquês Rolf Jensen (1999) identifica o “Cuidado” como um dos temas mais importantes formando nossa sociedade e também a economia. Produtos associados a histórias sobre cuidar vendem bem porque as pessoas têm a necessidade de oferecer esse cuidado (JENSEN, 1999:75–82). De acordo com Jensen, esse desejo por cuidar se manifesta não apenas muito diretamente na popularidade dos animais de estimação, mas também indiretamente na quantia de dinheiro regularmente doado a instituições, como mencionado antes. O desejo generalizado de proteger e preservar o patrimônio de acordo com um *ethos* de conservação prevaiente é possivelmente outro desdobramento desse anseio por cuidar.

A obsessão com a preservação que domina os interesses contemporâneos pelo passado é, entretanto, não só uma peculiaridade da nossa época, mas vem com um sério risco. De acordo com a arqueóloga Sarah May (2009:77), a ênfase na preservação “desloca o foco dos resultados intelectuais e emocionais do nosso trabalho para a necessidade de protegê-lo. Isso pode neutralizar aspectos políticos desconfortáveis de discussões, fazendo com que aprender com o passado se torne menos importante do que ‘salvar o passado para nosso futuro’”. Preservação pode, assim, ser muito menos altruísta do que aparenta num primeiro momento. Ela ameaça nos impedir de atingir alguns dos benefícios estimados de se estudar o passado.

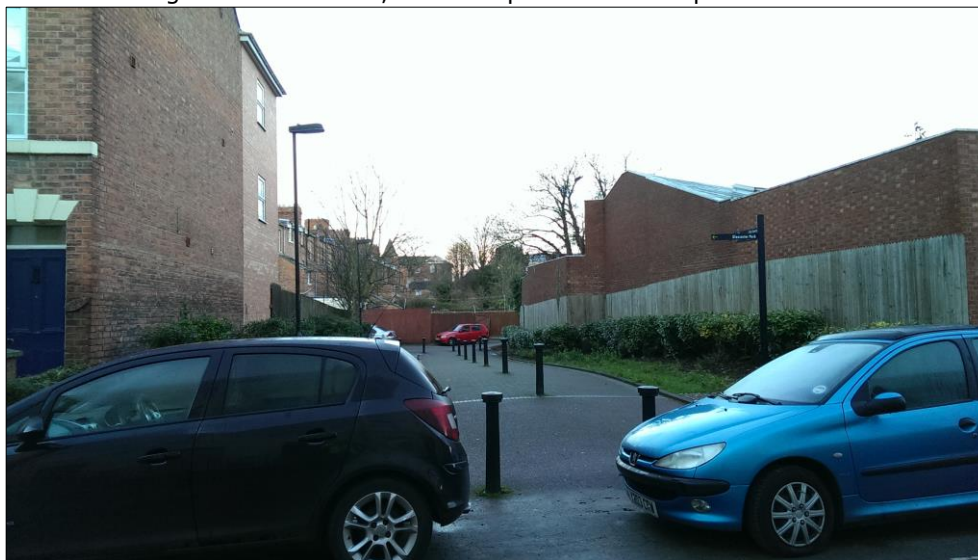
Nós então precisamos colocar uma segunda questão importante:

Faz sentido preservar?

A lógica do paradigma preservacionista do patrimônio contemporâneo afirma que o que é valioso merece ser protegido e preservado em favor das gerações futuras. Essa lógica devidamente atraiu críticas. Em vez de o patrimônio beneficiar a todos no presente, ele talvez não beneficie ninguém num futuro que nunca chega (e.g. FAULKNER, 2000:30). Apesar de nos últimos anos ter sido dada mais ênfase em fazer o patrimônio mais acessível e útil a círculos mais abrangentes do presente, a questão fundamental continua sendo que a preservação é ainda considerada o interesse

principal de muitos gerentes de patrimônio e de suas instituições, mas seus benefícios são incertos.

**Figura 1** - “Mind the Gap” – o local da “Casa dos Horrores” na rua Cromwell n.25, Gloucester, UK. Fotografia: Tim Grubb, 2014. Reproduzida com permissão do autor.



Recentemente cruzei com uma compilação interessante no tabloide britânico *The Sun* sobre o destino de edifícios nos quais perversos assassinatos aconteceram (LOWE, 2010). Ainda que as razões não sejam sempre claramente mencionadas, muitas das casas importantes onde foram conduzidos crimes horríveis foram demolidas. No caso da notória “Casa dos horrores” (“*House of Horrors*”), na Rua Cromwell n. 25, em Gloucester, em que Fred e Rose West mataram pelo menos doze jovens mulheres e meninas durante os anos 1970, a casa foi demolida e cada tijolo triturado com o propósito de estabelecer algum tipo de esquecimento no local e deter caçadores de souvenirs. No entanto, mesmo que exista agora um caminho público no lugar de uma casa, o vazio entre a fileira de casas aparentemente continua atraindo turistas que estão relembando o que houve nesse local (Figura 1). Outros lugares em que casas onde ocorreram assassinato foram demolidas também têm atraído visitantes e até mesmo excursões guiadas, ainda que diminuindo com o tempo (LOWE, 2010). Quando nenhuma placa memorial ou qualquer outra informação turística direciona turistas para lá, não é nada evidente nesses casos que o interesse turístico esteja relacionado ao prédio que continua em pé ou ao vazio então existente. Esse exemplo se refere, é claro, a um tipo muito específico de “patrimônio negativo” (MESKELL, 2002), e existem outros fatores funcionando aqui, incluindo uma fascinação humana por crimes sangrentos e uma publicidade exagerada sobre os assassinos infames e as cenas do crime associadas no passado e no presente (como a própria matéria de Lowe no *The Sun* anos depois). Entretanto a despeito disso, pode existir nesse caso algo a ser aprendido mais genericamente sobre locais de patrimônio. Apesar da edificação ter sido destruída, o local continua propiciando algumas recordações. Nesses casos, construções ausentes são locais situados entre formas materiais e tangíveis de patrimônio e formas intangíveis de patrimônio, como as narrativas. Você olha para um lugar muito tangível a sua frente, mas vê algo que está presente apenas enquanto história em sua mente – ainda assim constitutiva de toda a experiência que você está tendo (veja também WYLIE, 2009; MOSHENSKA, 2012; HARRISON, 2013a, cap. 8).

É difícil de reconciliar tais exemplos com as premissas convencionais de lugares de patrimônio contempladas em documentos políticos como aqueles citados anteriormente, convocados para impedir a destruição e promover a proteção. Como Rodney Harrison (2013a: 202) sucintamente descreveu esse dilema, “se os traços

conservados podem se comportar como mnemônicos, então o mesmo podem os espectros de sua ausência”. Seguramente, precisamos de outra perspectiva teórica além da que o paradigma conservacionista pode oferecer, para poder fazer jus ao papel dos objetos de patrimônio na sociedade contemporânea. O antropólogo social Tim Ingold sugeriu recentemente uma forma diferente de olhar as edificações e, aliás, as pessoas, que discursa exatamente sobre essa necessidade.

De acordo com Ingold (2010), pessoas e edificações não deveriam mais ser vistas como entidades essencialmente completas na ocasião de seu nascimento ou do término de sua construção, e, posteriormente, a serem preservadas por um certo tempo antes de sua morte ou abandono que as tornam visíveis (e datáveis) no registro arqueológico. Em vez disso, pessoas e edificações, como montanhas, nuvens e ondas do oceano, são cristalizações de processos persistentes que se dão ininterruptamente, enquanto ocasionalmente deixam para trás algumas formas efêmeras no registro arqueológico. Para Ingold, pessoas e edificações são persistentes e elas são, também, originadas o tempo todo, submetidas a nascimentos contínuos. Suas vidas não têm início ou fim, mas são marcadas pelos vários eventos e processos de transformação nos quais estão imersas. Por exemplo, pessoas são concebidas e, em certo aspecto, formadas genética e culturalmente muito antes de nascerem fisicamente; do mesmo modo, seu impacto em outras pessoas e no mundo em geral continua após a sua morte física. O equivalente pode ser dito sobre edificações: elas são concebidas e em certo aspecto, formadas culturalmente muito antes de serem construídas, e seu impacto em outras edificações e no mundo em geral continua após terem sido abandonadas. Nesse sentido, pessoas e edificações se desenvolvem continuamente e não estão sujeitos a processos de decadência e dano, uma vez que tenham superado um estado inicial de realização. Por consequência, “ocorrências do passado não são sedimentadas em momentos sucessivos enquanto o tempo se move, mas são em si constitutivas daquele próprio movimento”. Se o patrimônio cultural é produto das ocorrências do passado no presente, para Ingold, isso significa que o patrimônio cria ativamente o fluxo de tempo através do passado<sup>1</sup> que os objetos de patrimônio possuem, ao invés do patrimônio representar o fluxo do tempo através dos depósitos materiais que o constituem enquanto tal (Tabela 1).

**Tabela 1** - Uma mudança de olhar sobre pessoas, edificações e patrimônio, inspirada por, e em partes baseada em, Ingold, 2010.

	Perspectiva padrão	Nova perspectiva
Pessoas e edificações	São completos no momento de seu nascimento ou de finalização de sua construção, posteriormente preservados por um determinado tempo.	São cristalizações de processos persistentes que se dão continuamente, passando por nascimentos contínuos.
As vidas de pessoas e edificações	Têm um começo e um fim.	São pontuadas por vários eventos e processos de transformação.
Registro Arqueológico	Compreende os vestígios de pessoas e edificações depois de sua morte ou abandono.	Compreende os descartes efêmeros que pessoas e edificações deixaram para trás.
Ocorrências do passado no	Foram depositadas em momentos	São constitutivos da passagem do

<sup>1</sup> (Nota da tradutora) O autor utiliza o termo “*pastness*”, se referindo ao que possibilita aos objetos existirem enquanto passado, mais do que possuírem o passado.

presente	sucessivos no tempo, datáveis.	tempo, possui passado.
Patrimônio Cultural	Está sujeito à destruição e perda.	Está continuamente em desenvolvimento.

A perspectiva de Ingold tem implicações profundas para esta discussão sobre a destruição e a perda de objetos de patrimônio. Determinado local pode conter várias estruturas construtivas que persistem e que se desenvolvem continuamente através de vários processos de transformação. A casa nº 25 da rua Cromwell não foi de fato eliminada, mas tem sido transformada em pó de tijolos e num caminho público, com algumas formas efêmeras presumivelmente deixadas para trás no registro arqueológico abaixo da superfície. Como a constatação do aparecimento de turistas evidencia, ela continua a ser um local de patrimônio onde certos eventos do passado existem no presente.

Existem similaridades interessantes entre a perspectiva de Ingold e os avanços recentes no gerenciamento de paisagens patrimoniais. O projeto inglês *Change and Creation* foi lançado com a declaração de que todo patrimônio cultural existe apenas no presente, frequentemente como parte das paisagens contemporâneas, afetando suas características (FAIRCLOUGH, 2007). Paisagens não começam e terminam e não foram “finalizadas” em certo ponto do passado para que possuam um estado que possa (ou deva) de alguma forma ser preservado. Em vez disso, a mudança contínua é um atributo das paisagens, criando novas características paisagísticas, não apenas um impacto que leva à perda do que ela anteriormente foi. Assim sendo, Graham Fairclough, um dos participantes do programa, afirmou claramente que “o processo de destruição aparente das características da paisagem é também um ato de revitalização”, e que a paisagem é “algo que é criado de novo cotidianamente nas múltiplas mudanças de percepção de todos os cidadãos ou sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2007: 84). Os atos de mudar, destruir ou substituir um objeto de patrimônio na paisagem podem todos ser vistos enquanto formas de interpretação, uso e transformação desse patrimônio (veja também HOLTORF & FAIRCLOUGH, 2013).

Similarmente, o arquiteto Gustavo Araoz, atual presidente do *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), argumentou (2008) que a gestão do patrimônio cultural não deve mais ser vista como preservação da estrutura do patrimônio material das várias causas de dano e destruição. Ele considera que a gestão do patrimônio cultural, assim como a gestão da paisagem, deve visar o gerenciamento da mudança num esforço de proteger o valor e o significado, mais do que de prevenir a mudança num esforço por preservar o patrimônio material existente. Cada vez mais os valores centrais do patrimônio são considerados em residir nos significados e valores que os humanos investem em objetos de patrimônio, não na substância material destes (FOJUT, 2009; ARAOZ, 2008).

Há, desse modo, áreas significativas no âmbito do patrimônio nas quais não há medo da perda do patrimônio em termos materiais. De fato, está emergindo uma disposição para compreender que mesmo as transformações destrutivas e as incorporações aos objetos de patrimônio já existentes podem significar em alguns casos aquisições que podem ser tão valiosas como o que foi perdido. Tal disposição surge do insight de que valores do patrimônio cultural não são inerentes, mas relativos à mudança de contextos sociais e culturais nos quais assumem uma função (LOULANSKI, 2006). Ainda que não seja possível em termos abstratos quantificar e comparar os valores dos diferentes objetos de patrimônio na sociedade, é concebível avaliar se diferentes objetos de patrimônio, ou se os mesmos objetos drasticamente



transformados, concedem ou não os efeitos especificados na mesma medida e se podem então ser substituídos uns pelos outros.

Um caso interessante que ilumina essa discussão foi recentemente abordado pelo arqueólogo Thomas Williams (2012). Na noite do dia 6 de junho de 1992, a igreja de madeira do século XII, em Fantoft, Noruega, foi destruída por um incêndio criminoso. O contexto local e as consequências desse tão reportado evento são interessantes por ilustrarem o significado do desenvolvimento e da transformação contínua depois de uma perda aparentemente total. O responsável por incendiar a igreja foi Varg Vikernes, um membro importante da cena norueguesa de black metal. Odinista e pagão comprometido, ele defendeu o incêndio da igreja pela necessidade de remover e reverter as profanações cristãs desrespeitosas sobre os locais sagrados pagãos, numa forma de retaliação.

**Figura 2** - Igreja de madeira de Fantoft, Noruega, em 2010. Fotografia de Micha L. Rieser. Essa é imagem é reproduzida sob uma licença do "Creative Commons" (3.0 Unported license).  
Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Stave\\_church\\_Fantoft.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Stave_church_Fantoft.jpg).



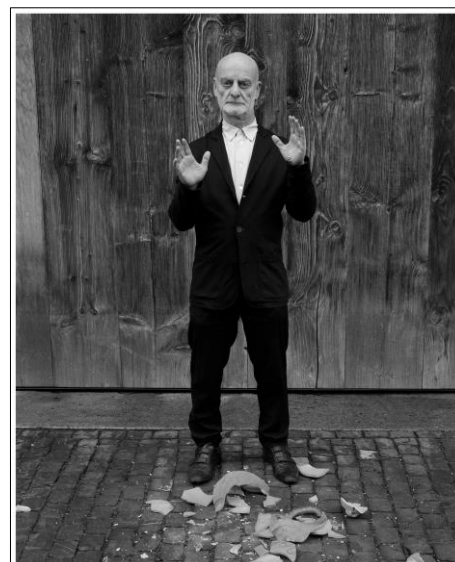
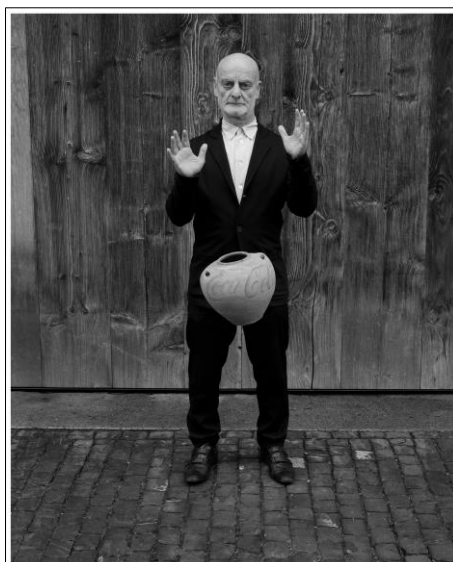
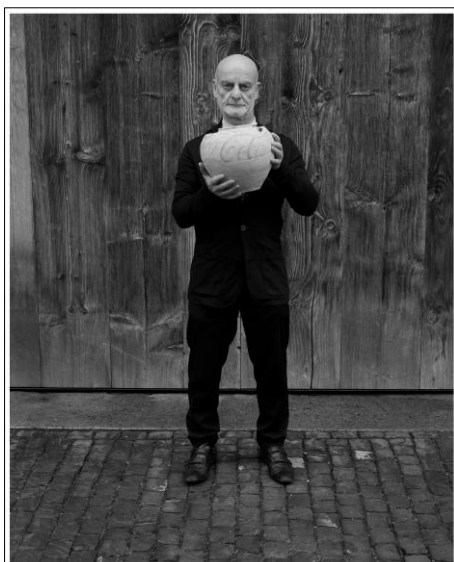
Em termos convencionais, o incêndio da igreja pode ser visto como uma perda definitiva do patrimônio e essa tem sido a posição das autoridades norueguesas. Contudo, Williams mostra que a história detalhada do caso demonstra algo muito diferente. Para ele, o incêndio da igreja de Fantoft se tornou um evento clássico na história do *black metal* norueguês, e o local virou algo como um destino de peregrinação para os fãs de *black metal*. Para a comunidade praticante do cristianismo, por sua vez, a igreja perdida iniciou a renovação de um impulso e a retomada de seu próprio engajamento religioso, que levou eventualmente à consagração da igreja reconstruída em 1997 reafirmando a mensagem religiosa do local (Figura 2). Finalmente, mesmo que as autoridades norueguesas do patrimônio tenham excluído a igreja da lista de igrejas norueguesas originais, o caso também produziu um perfil das igrejas de madeira

norueguesas e ajudou a assegurar sua preservação devido a um programa extensivo de manutenção e restauração começado depois do incêndio criminoso e em cooperação com a população local. Esse programa incluiu investimentos contra incêndios, fazendo menos prováveis danos provocados pelo fogo.

Podemos então notar que o incêndio que ocasionou a incineração da igreja não levou à um completo desaparecimento do patrimônio, tampouco de seus valores e funções na sociedade, ou mesmo na memória. O incêndio pode ser visto como um episódio em um processo contínuo no qual a importância da igreja tem sido negociada e renegociada entre locais, pagãos, cristãos, fãs de *black metal* e autoridades estatais do patrimônio, todas associadas a diferentes tipos de patrimônio – local e nacional, autorizado e subversivo, religioso e secular, tangível e intangível. Apesar ou, mais propriamente, devido ao fato de ter sido queimada em 1992, podemos ver que sua memória, valores e função na sociedade persistiram e que o patrimônio associado à igreja de Fanfoft tem seguido como um processo que até mesmo continuou se desenvolvendo.

Um exemplo igualmente instrutivo é a obra de arte envolvendo vasos chineses antigos, pelo artista Ai Weiwei (NEWLAND, 2010). Destruindo artefatos de mais de 2000 anos, ele os submete à forma de pó, armazenando-os num pote moderno (DUST TO DUST, 2009), ele os mergulha em baldes de tinta industrial (COLORED VASES, 2006), pinta logos comerciais nas suas superfícies (COCA COLA VASE, 1997), e eventualmente os derruba para que se despedacem contra o chão (DROPPING A HAN DYNASTY URN, 1995). Fazendo isso, Ai Weiwei não destrói fatalmente os vasos, mas substitui um sistema histórico de significação por um outro artístico, que pode até ter aumentado o valor comercial desses vasos específicos. Entretanto, a sua intenção não foi puramente iconoclasta ou revoltosa. O renascimento dos vasos também era críticas sociais e políticas sobre a perda da cultura material histórica devido à rápida modernização da China e aos efeitos de uma economia globalizada de produção em massa sobre o trabalho artesanal. A aparente redução de objetos de patrimônio pode, portanto, ser lida como uma mensagem poderosa através da qual o próprio significado de patrimônio cultural na China e no mundo contemporâneo é reafirmado. Ironicamente, até mesmo os vasos que foram destruídos e transformados em pó por Ai Weiwei não foram perdidos, mas sua persistência foi colocada em teste, de forma que eles também se desenvolveram durante as intervenções. Numa virada recente nessa história conectando patrimônio e arte moderna, o artista suíço Manuel Salvisberg, em 2012, e, em 2013, o artista sediado em Miami, Maximo Caminero, quebraram as urnas antigas anteriormente pintadas por Ai Weiwei (JARRY, 2012; MILLER, 2014). Os aspectos que queriam evocar eram diferentes, mas ambos os incidentes exemplificam a persistência e o desenvolvimento incessante dos vasos através do tempo, não comprometidos, mas favorecidos pelos vasos sendo aparentemente destruídos de diferentes formas e criativamente inspirados pelo ato inicial de Weiwei de deixar cair uma urna da dinastia Han (Figura 3).

**Figura 3 (a, b, c - tríptico)-** Deixando cair uma urna da Dinastia Han, previamente pintada por Ai Weiwei. Manuel Salvisberg, fragmentos de história, 2012. © Manuel Salvisberg, reproduzida com a permissão do autor.



## CONCLUSÕES

O patrimônio cultural é tipicamente compreendido como antigo e frágil, inerentemente valioso, mas ameaçado e em necessidade de cuidado e proteção a fim de ser preservado para o futuro, como um recurso não renovável. Com frequência, há uma preferência por evitar perdas de patrimônio cultural acima de incorporar novos patrimônios culturais mesmo quando eles possam ter (no mínimo) o mesmo valor na sociedade. Como argumentei, esse paradigma preservacionista do patrimônio contemporâneo é qualquer coisa exceto atemporal e está firmemente situado no contexto histórico e cultural dado no presente.

A preservação não é meta-histórica, mas histórica. Tendo em conta o significado vigente de patrimônio, a obsessão pela preservação em nossa época e a inevitável transitoriedade histórica de ambos, surge a questão se vale ou não a pena tentar preservar “o legado do patrimônio”<sup>2</sup> para o futuro. As futuras gerações poderiam apreciar os vestígios preservados do passado não tanto porque isso as permitiria evocar o passado distante do qual eles se originaram, mas porque os vestígios permitiriam a elas lembrar um passado mais recente, em que foram preservados para o futuro enquanto legado. Em outras palavras, mais do que lembrar o passado, as futuras gerações poderão lembrar do lembrar-se do passado<sup>3</sup>. Tal perspectiva reflexiva sobre patrimônio é menos absurda do que parece à primeira vista, embora interpele se o legado do patrimônio possa ou não ser preservado de maneira satisfatória antes do declínio histórico do conceito de patrimônio, que, por sua vez, poderia tornar qualquer tentativa de preservar o patrimônio obsoleta.

Atualmente, contudo, a perspectiva do paradigma preservacionista está profundamente enraizada no âmbito do patrimônio. No entanto, não é autoevidente que a destruição dos objetos de patrimônio seja necessariamente um obstáculo para a sua capacidade de viabilizar a recordação numa sociedade. Se, de acordo com Tim Ingold, cada objeto de patrimônio for considerado como um processo de tornar-se, mais do que como um estado de existência, seu significado não é inerente, mas constantemente desenvolvido e pode ser esperado que o objeto exerça uma função

<sup>2</sup> (nota da tradutora) O autor utiliza o trocadilho “*the heritage of heritage*”.

<sup>3</sup> (nota da tradutora) O autor utiliza o trocadilho “*remembering remembering the past*”.

significativa na sociedade mesmo depois de submetido a alterações consideráveis. Por compreender os objetos de patrimônio como persistentes e continuamente transformados em processos incessantes de desenvolvimento e criação, a perspectiva de Ingold pode ainda ser capaz de abrir o âmbito do patrimônio para a ideia de que os objetos de patrimônio cultural existentes poderiam ser substituídos por objetos recentemente adquiridos que conseguiriam ter o mesmo valor na sociedade. Se queremos compreender o que o patrimônio faz e o que é feito dele no mundo contemporâneo, precisamos vê-lo em termos de persistência e mudança, perseverando num processo de desenvolvimento contínuo e transformação criativa. O que precisamos nos Estudos de Patrimônio não são mais campanhas pela preservação, mas uma discussão intensificada sobre como identificar, avaliar e comparar os benefícios e valores dos objetos de patrimônio cultural em constante transformação na sociedade.

#### AGRADECIMENTOS

Esse *paper* está baseado em seções de dois papers originalmente publicados como *Averting loss aversion in cultural heritage* em *International Journal of Heritage Studies* 21(4), 2015, 405-421 e *The Heritage of Heritage* em *Heritage & Society* 5 (2), 2012, 153-173, em ambos os casos, reeditados com a autorização de Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com>.

Sou grato a Marcia Bezerra e JR Pellini pelo convite a publicar esse texto traduzido ao português, decorrente de minha palestra de mesmo nome, concedida em Outubro de 2015 durante o XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira em Goiânia, Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araoz, Gustavo F. 2008. "Heritage Classifications and the Need to Adjust Them to Emerging Paradigms: the United States Experience." In *Values and Criteria in Heritage Conservation*, edited by A. Tomaszewski, 167-182. Florence: Edizioni Polistampa.
- Beckman, Svante 1998 Vad vill staten med kulturarvet? [What Does the State Want Heritage for?] In *Kulturarvets natur*, edited by A. Alzén and J. Hedrén, pp. 13-49. Symposium, Stockholm.
- Brown Weiss, Edith. 1989. In *Fairness to Future Generations: International Law, Common Patrimony, and Intergenerational Equity*. Tokyo: United Nations University/New York: Transnational Publishers.
- Carman, John 2002 *Archaeology & Heritage. An Introduction*. Continuum, London and New York.
- Choay, Françoise 2001 [1992] *The Invention of the Historic Monument*. Translated by L. M. O'Connell. Cambridge University Press, Cambridge.
- Fairclough, Graham. 2007. "The contemporary and future landscape: change & creation in the later 20<sup>th</sup> century." In *Contemporary and Historical Archaeology in Theory, Paper for the 2003 and 2004 CHAT conferences*, edited by L. McAtackney, M. Palus and A. Piccini, 83-88. Studies in Contemporary and Historical Archaeology 4, BAR Int. Ser. 1677. Oxford: Archaeopress.
- Fairclough, Graham. 2009. "Conservation and the British." In *Defining Moments: Dramatic Archaeologies of the Twentieth-Century*, edited by J. Schofield, pp. 157-164. BAR Int. Ser. 2005. Archaeopress, Oxford.
- Fairclough, Graham, Rodney Harrison, John J. Jameson Jr., John Schofield (editors) 2008 *The Heritage Reader*. Routledge, London and New York.
- Faulkner, Neil 2000 Archaeology from Below. *Public Archaeology* 121-33.
- Fojut, Noel. 2009. "The philosophical, political and pragmatic roots of the convention." In Council of Europe, *Heritage and Beyond*, 13-22. Strasbourg: Council of Europe Publishing. Available at: [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/identities/PatrimoineBD\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/identities/PatrimoineBD_en.pdf) (accessed 4 October 2013)
- Global Heritage Fund. 2010. *Saving Our Vanishing Heritage*. Palo Alto, CA: Global Heritage Fund. Available at <http://globalheritagefund.org/vanishing> (accessed 3 Oct 2013).
- Graham, Brian, Gregory J. Ashworth and John E. Tunbridge 2000 *A Geography of Heritage: Power, Culture & Economy*. Arnold, London.
- Gustafsson, Lotten 2002 *Den förtrollade zonen. Lekar med tid, rum och identitet under Medeltidsveckan på Gotland* [The Enchanted Zone. Playing with Time, Space and Identity during the Medieval Week on Gotland]. Nya Doxa, Nora.
- Gustafsson, Anders och Håkan Karlsson 2004 *Plats på scen. Kring beskrivning och förmedling av Bohusläns fasta fornlämningar genom tiderna* [Place on Stage. About Descriptions and Education Concerning Bohuslän's Ancient Monuments through the Ages]. Bohusläns Museum, Uddevalla.
- Hamilakis, Yannis. 2007. "From Ethics to Politics." In *Archaeology and Capitalism*, edited by Y. Hamilakis and P. Duke, 15-40. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Harrison, Rodney. 2013a. *Heritage. Critical Approaches*. London and New York: Routledge.
- Harrison, Rodney 2013b Heritage. In *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*, edited by P. Graves-Brown, R. Harrison, and A. Piccini. Oxford University Press, Oxford. ADD PAGE NUMBERS
- Holtorf, Cornelius and Oscar Ortman. 2008. "Endangerment and Conservation Ethos in Natural and Cultural Heritage: The Case of Zoos and Archaeological Sites." *International Journal of Heritage Studies* 14 (1): 74-90.
- Holtorf, Cornelius and Graham Fairclough. 2013. "The New Heritage and re-shapings of the past." In *Reclaiming Archaeology. Beyond the Tropes of Modernity*, edited by A. González-Ruibal, 197-210. London and New York: Routledge.
- Ingold, Tim. 2010. "No more ancient; no more human: the future past of archaeology and anthropology." In *Archaeology and Anthropology*, edited by D. Garrow and T. Yarrow, 160-170. Oxford: Oxbow.
- Jarry, Alfred. 2012. "Devastating History." *ArtAsiaPacific* 78, May 2012. Available at <http://artasiapacific.com/Magazine/78/DevastatingHistory> (accessed 19 April 2014)

- Jensen, Rolf 1999 *The Dream Society: How the Coming Shift from Information to Imagination Will Transform Your Business*. McGraw-Hill, New York.
- Jokilehto, Jukka 2005 [1986] *A History of Architectural Conservation*. Ph.D. dissertation, University of York. Electronic document, [http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM\\_05\\_HistoryofConservation00\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf), accessed January 6, 2012.
- Loulanski, Tolina. 2006. "Revising the Concept for Cultural Heritage: The Argument for a Functional Approach." *International Journal of Cultural Property* 13: 207-233.
- Lowe, David. 2010. "Dead res." *The Sun*, 10 Aug 2010. Available at <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/features/3088588/Homes-haunted-by-Britains-most-notorious-murders.html> (accessed 13 June 2014)
- Lowenthal, David 1985 *The Past is a Foreign Country*. Cambridge University Press, Cambridge. UPDATE 2<sup>nd</sup> ed
- Lowenthal, David. 1996. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. London: Viking.
- May, Sarah 2009 Then Tyger Fierce Took Life Away: The Contemporary Material Culture of Tigers. In *Contemporary Archaeologies: Excavating Now*, edited by C. Holtorf and A. Piccini, pp. 65–80. Peter Lang, Frankfurt.
- Meskeell, Lynn. 2002. "Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology." *Anthropological Quarterly* 75: 557-574.
- Miller, Michael E. 2014. "Maximo Caminero's Million-Dollar Attack on the Miami Art World." *Miami New Times*, 20 May 2014. Available at <http://www.miaminewtimes.com/2014-03-20/culture/ai-weiwei-vase-miami-pamm-maximo-caminero/> (accessed 19 April 2014)
- Moshenska, Gabriel. 2012. "Unbuilt Heritage: Conceptualising Absences in the Historic Environment." In *The Good, the Bad and the Unbuilt: Handling the Heritage of the Recent Past*, edited by S. May, H. Orange and S. Penrose, 123-126. BAR Int. Ser. 2362. Oxford: Archaeopress.
- Murtagh, William J. 2006 *Keeping Time. The History and Theory of Preservation in America*. Third edition. Wiley & Sons, Hoboken, NJ.
- Newland Joseph N. 2010. *Ai Weiwei: Dropping the Urn*. Arcadia University Art Gallery
- SHA. 2003. "Ethics Statement. Society for Historical Archaeology." Available at <http://www.sha.org/about/ethics.cfm> (accessed 4 October 2013).
- Smith, Laura Jane 2006 *Uses of the Heritage*. Routledge, London and New York.
- Spennemann, Dirk H. R. 2007. "The Futurist Stance of Historical Societies: An Analysis of Position Statements." *International Journal of Arts Management* 9 (2): 4-15.
- Taylor, Joel. 2013. "Intergenerational justice: a useful perspective for heritage conservation." *CeROArt* (online). Available at <http://ceroart.revues.org/3510> (accessed 19 April 2014)
- UNESCO. 1972. "Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage." Paris: UNESCO. Available at: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/> (accessed 4 Jan 2014).
- Walsh, Kevin 1992 *Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-Modern World*. Routledge, London and New York.
- West, Susie and Jacqueline Ansell 2010 *A History of Heritage*. In *Understanding Heritage in Practice*, edited by S. West, pp. 7–46. Manchester University Press, Manchester and New York.
- Williams, Thomas J. T. 2012. "A Blaze in the Northern Sky: Black Metal and Crimes Against Culture." *Public Archaeology* 11 (2): 59-72.
- Wylie, Alison. 2005. "The Promise and Perils of an Ethic of Stewardship." In *Embedding Ethics*, edited by L. Meskeell and P. Pels, 47-68. Oxford and New York: Berg.
- Wylie, John. 2009. "Landscape, absence and the geographies of love." *Transactions of the Institute of British Geographers* N.S. 34: 275-289.